

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

MOÇÃO Nº 001, DE 15 DE MAIO DE 2008

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Centésima Octogésima Quinta Reunião Ordinária, realizada nos dias 14 e 15 de maio de 2008, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e:

Considerando a necessidade de reconhecer o esforço da então ministra Marina Silva e de sua gestão no sentido de superar a abordagem setorializada das questões ambientais e de construir a necessária transversalidade, nas políticas de desenvolvimento, que traria repercussões positivas também sobre a saúde;

Considerando que, muitas têm sido as decisões do governo Lula que vêm constringendo a perspectiva da sustentabilidade ambiental e social, como a progressiva liberação de transgênicos, especialmente a soja e o milho; o estímulo ao avanço do agronegócio da soja, da cana, do eucalipto, das frutas e da pecuária sobre o cerrado, o semi-árido e a floresta amazônica; a destruição dos manguezais pela carcinicultura; a atração de investimentos industriais nocivos ao ambiente e à saúde da população, como a siderurgia e o papel, entre outros;

Considerando que é preciso reafirmar o artigo 200 da Constituição Federal do Brasil: o direito à saúde deve ser garantido pelo Estado *mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença* e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando que estratégias de desenvolvimento como as acima elencadas, ao consumirem intensivamente recursos naturais; gerarem contaminação do solo, da água, do ar e dos alimentos; transformar profundamente territórios de vida de comunidades humanas; ações que têm trazido impactos negativos sobre a saúde da população, ameaças à segurança alimentar, re-emergência e difusão de doenças infecto-parasitárias, contaminação de trabalhadores e moradores por produtos químicos como os agrotóxicos, elevação da violência, acidentes e traumas, além das doenças sexualmente transmissíveis, dentre muitos outros;

Considerando que estes são problemas que ameaçam a saúde de grupos sociais mais vulneráveis, como especialmente as comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, e também camponeses e trabalhadores pobres das periferias urbanas.

O Conselho Nacional de Saúde vêm a público manifestar:

A sua preocupação com os rumos da política de crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil, por seus impactos diretos e indiretos sobre a saúde e a qualidade de vida da população, a partir da demissão da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva.

E alertar que este não é o caminho de desenvolvimento que interessa à saúde da população brasileira: a Presidência da República e seu Ministério estão em débito com a nação brasileira e com os movimentos sociais que defendem nosso patrimônio natural e a equanimidade na promoção da qualidade de vida e da saúde. Contamos com a reversão desses rumos.

Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Centésima Octogésima Quinta Reunião Ordinária.